

REQUERIMENTO N. , DE 2014
(Do SR. FRANCISCO PRACIANO)

Reitera solicitação já formulada em Requerimento anterior, a fim de que seja criada a Comissão Especial destinada a dar parecer à Proposta de Emenda Constitucional n. 192/2007.

Senhor Presidente,

Reitero a Vossa Excelência solicitação já formulada nos Requerimentos n. 2775/2011, n. 4678/2012, n. 4829/2012 e n. 6149/2012, nos termos do artigo 34, inciso I, c/c artigo 114, inciso XIV, ambos do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, a fim de que **se crie Comissão Especial específica para dar parecer à Proposta de Emenda Constitucional n. 192/2007**, que acrescenta o inciso XVI ao artigo 93 da Constituição Federal, determinando que os juízes e tribunais encaminhem semestralmente, ao Conselho Nacional de Justiça (CNJ), relatórios sobre o andamento de processos que presidam, relativos a atos de improbidade administrativa e a crimes contra a administração pública.

Referida Proposição obteve parecer favorável na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJC) em 29/06/2011 e, desde então, espera a criação da respectiva Comissão (quase três anos).

Ressalto, por oportuno, que esta PEC n. 192/2007 encontra-se entre as proposições legislativas tidas como prioritárias – para as devidas apreciação e votação pelas Casas do Congresso Nacional – tanto pela Frente Mista de Combate à Corrupção quanto pelas entidades públicas e da sociedade civil parceiras da Frente na luta contra a corrupção no nosso país.

Assim, sua tramitação tem sido acompanhada frequentemente, com muito interesse, por todos aqueles envolvidos nesta luta.

Sala de Sessões, em 03 de junho de 2014.

FRANCISCO PRACIANO
Deputado Federal (PT/AM)